

REUNIÃO DO GRUPO DE PESQUISA DE ATUAÇÃO CRIMINAL

Tema: Monitoração Eletrônica e Atuação do Ministério Público

PROPOSTA DE ENUNCIADOS

As discussões realizadas durante a reunião de trabalho ocorrida em 14 de junho de 2019 permitiram que o Grupo de Pesquisa pudesse formular os seguintes enunciados voltados à atuação criminal do Ministério Público no tema relacionado à **"Monitoração Eletrônica: aspectos práticos da fiscalização e da violação"**:

1. O reconhecimento da utilização cada vez mais intensa da monitoração eletrônica como forma intermediária no sistema progressivo de cumprimento de pena (STF, Súmula Vinculante n. 54) demanda uma atuação ministerial planejada que leve em conta a perspectiva ampla da política estatal;

2. Para tanto, é necessário que exista um espaço de coordenação voltado a:

i) fomentar e acompanhar o aperfeiçoamento das normativas estaduais relacionadas à monitoração eletrônica, principalmente quanto ao acesso ao sistema, comunicação e categorização das violações;

ii) diligenciar em prol da integração, interoperabilidade e automatização do sistema de controle dos monitorados utilizados pelo Estado, em prol da tempestividade das comunicações das violações ao Juízo competente;

iii) fomentar o aperfeiçoamento ministerial na fiscalização, concessão e manutenção da monitoração eletrônica, em especial no cenário de vácuo normativo que vem gerando instabilidade na aplicação das consequências do descumprimento dos deveres do monitorado.